

CADERNO DE ENCARGOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
DE
ATUALIZAÇÃO DO LICENCIAMENTO, MANUTENÇÃO
EVOLUTIVA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA ÀS SOLUÇÕES
AQUAMAN E AQUAWORKS

PRC 158/2024

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de serviços de atualização de licenciamento, manutenção evolutiva e assistência técnica às soluções *Aquaman* e *Aquaworks*, pela “AdAM - Águas do Alto Minho, S.A.”, adiante designada por Contraente Pública.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo(s) concorrente(s) e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

O contrato inicia-se na data da assinatura do contrato, mantendo-se em vigor pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 4.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Cocontratante as seguintes:

I.1 – Com relação ao sistema de gestão da manutenção de ativos “AQUAMAN”:

- a) Os serviços de manutenção evolutiva e serviços de helpdesk no sistema de gestão da manutenção de ativos “AQUAMAN” compreendem as seguintes tarefas:
- Garantir a segurança dos dados e das configurações, parametrizações e desenvolvimentos específicos realizados no sistema “AQUAMAN”, nomeadamente através da realização de cópias de segurança com a periodicidade adequada;
 - Monitorizar o funcionamento no sistema “AQUAMAN”, nas suas diferentes componentes, garantindo as atividades normais de administração do sistema e a resolução de eventuais anomalias;
 - Monitorizar o funcionamento da solução de gestão da manutenção de ativos nos processos de integração com o ERP SAP;
 - Disponibilizar as novas versões e atualizações das licenças em utilização que se encontrem disponíveis e que venham a ser disponibilizadas ao

longo da vigência do Contrato;

- Corrigir erros que sejam identificados pelos utilizadores da solução e que não foram previamente detetados;
- Adaptar o sistema de gestão da manutenção de ativos às novas versões de sistemas operativos;
- Adaptar o sistema de gestão da manutenção de ativos às novas versões de hardware.

b) No âmbito dos serviços de helpdesk do sistema “AQUAMAN”, deverão ser executadas as seguintes tarefas:

- Assistência telefónica para esclarecimento de dúvidas e ocorrências, no que respeita à utilização do sistema “AQUAMAN” da Contraente Pública;
- Apoio aos utilizadores chave (comumente designado por key-users) na assistência técnica remota para a resolução de problemas e dúvidas que surjam na utilização do sistema de gestão da manutenção de ativos;
- Resolução de problemas detetados da utilização corrente do sistema “AQUAMAN”;
- Disponibilização de plataforma de suporte que sirva como canal de comunicação entre os utilizadores e a equipa de suporte, acessível através de qualquer navegador de internet, para registo e comunicação de ocorrências, pedidos de suporte ou pedidos de serviço, de forma simplificada e acompanhamento dos mesmos;
- Identificação de melhorias ou correções ao sistema “AQUAMAN”.

c) No âmbito dos serviços de assistência técnica, a disponibilização de uma bolsa de horas, correspondente a 200 (duzentas) horas de um técnico especializado, no sentido de serem resolvidas as questões colocadas por telefone e por e-mail, que não puderem ser resolvidos pela mesma via e, ainda, as situações que se enquadrem dentro dos seguintes princípios:

- esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas de utilização da solução “AQUAMAN”;
- definição de fluxos de trabalho, com as ferramentas da solução

“AQUAMAN”, para a resolução de problemas específicos;

- identificação de melhorias desejáveis ou pretendidas pela Contraente Pública;
- acompanhamento e monitorização das atividades realizadas pela Contraente Pública no “AQUAMAN”;
- ações de formação, em diversas matérias, designadamente, os módulos da solução “AQUAMAN”;
- apoio à Contraente Pública na obtenção de informação via relatórios produzidos pelas ferramentas existentes, nomeadamente de “Relatórios” e “Relatórios Baseados em Consulta”;
- apoio à Contraente Pública em ações de divulgação interna ou externa, marketing ou outros;
- workshops específicos, com vista à divulgação e esclarecimento de boas práticas na utilização da solução “AQUAMAN”;
- ajustes nas configurações e parametrizações da solução “AQUAMAN”, suscitados pela sua utilização, que venham a ser solicitados pela Contraente Pública;
- ações de formação complementares, em diversas matérias, designadamente, utilização da solução de “AQUAMAN”, processo corporativo de gestão de ativos, processo produtivo de introdução de informação;
- outras ações que vierem a ser acordadas entre a Contraente Pública e o Cocontratante, como por exemplo a atualização dos processos específicos da Contraente Pública parametrizados na solução e o desenvolvimento de relatórios dinâmicos específicos para a Contraente Pública.
- as intervenções que se enquadrem nos pontos anteriores, carecem da elaboração do relatório detalhado, com a identificação das horas consumidas, de forma a existir um correto acompanhamento por parte da Contraente Pública.

I.2 – Com relação ao sistema de gestão da operação “AQUAWorks”:

a) Os serviços de manutenção evolutiva e serviços de helpdesk no sistema de gestão operacional “AQUAWorks” compreendem as seguintes tarefas:

- Garantir a segurança dos dados e das configurações, parametrizações e desenvolvimentos específicos realizados no sistema “AQUAWorks”, nomeadamente através da realização de cópias de segurança com a periodicidade adequada;
- Monitorizar o funcionamento no sistema “AQUAWorks”, nas suas diferentes componentes, garantindo as atividades normais de administração do sistema e a resolução de eventuais anomalias;
- Monitorizar o funcionamento da solução de gestão da operação nos processos de integração com a solução de SIG ESRI;
- Monitorizar o funcionamento da solução de gestão da operação nos processos de integração com o ERP SAP;
- Monitorizar o funcionamento da solução de gestão da operação nos processos de integração com o CRM AQUAmatrix;
- Fornecimento de atualizações do software de base e dos módulos aplicativos instalados;
- Correção de erros que sejam identificados pelos utilizadores da solução;
- Disponibilização de novas funcionalidades que venham a ser desenvolvidas em cada um dos módulos licenciados;
- Adaptação às novas versões de sistemas operativos;
- Revisão dos manuais de apoio relacionados com a utilização de cada um dos módulos que compõem a solução “AQUAWorks”.

b) No âmbito dos serviços de helpdesk do Sistema “AQUAWorks”, deverão ser executadas as seguintes tarefas:

- Assistência telefónica para esclarecimento de dúvidas e ocorrências, no que respeita à utilização do sistema “AQUAWorks” da Contraente Pública;
- Apoio aos utilizadores chave (comumente designado por key-users) na assistência técnica remota para a resolução de problemas e dúvidas

que surjam na utilização do sistema de gestão da manutenção de ativos;

- Resolução de problemas detetados da utilização corrente do sistema “AQUAWorks”;
- Disponibilização de plataforma de suporte que sirva como canal de comunicação entre os utilizadores e a equipa de suporte, acessível através de qualquer navegador de internet, para registo e comunicação de ocorrências, pedidos de suporte ou pedidos de serviço, de forma simplificada e acompanhamento dos mesmos;
- Identificação de melhorias ou correções ao sistema “AQUAWorks”.

c) No âmbito dos serviços de assistência técnica, a disponibilização de uma bolsa de horas, correspondente a 200 (duzentas) horas de um técnico especializado, no sentido de serem resolvidas as questões colocadas por telefone e por e-mail, que não puderem ser resolvidos pela mesma via e, ainda, as situações que se enquadrem dentro dos seguintes princípios:

- esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas de utilização da solução “AQUAWorks”;
- definição de fluxos de trabalho, com as ferramentas da solução de “AQUAWorks”, para a resolução de problemas específicos;
- identificação de melhorias desejáveis ou pretendidas pela Contraente Pública;
- acompanhamento e monitorização das atividades realizadas pela Contraente Pública no “AQUAWorks”;
- ações de formação, em diversas matérias, designadamente, os módulos da solução “AQUAWorks”;
- apoio à Contraente Pública na obtenção de informação via relatórios produzidos pelas ferramentas existentes;
- apoio à Contraente Pública em ações de divulgação interna ou externa, marketing ou outros;
- workshops específicos, com vista à divulgação e esclarecimento de boas

práticas na utilização da solução “AQUAWorks”;

- ajustes nas configurações e parametrizações da solução “AQUAWorks”, suscitados pela sua utilização, que venham a ser solicitados pela Contraente Pública;
- ações de formação complementares, em diversas matérias, designadamente, utilização da solução “AQUAWorks”, processo produtivo de introdução de informação;
- outras ações que vierem a ser acordadas entre a Contraente Pública e o Cocontratante, como por exemplo a atualização dos processos de operação parametrizados na solução.
- as intervenções que se enquadrem nos pontos anteriores, carecem da elaboração do relatório detalhado, com a identificação das horas consumidas, de forma a existir um correto acompanhamento por parte da Contraente Pública.

I.3 – Disponibilização de licenças solução “AQUAMAN” e “AQUAWorks” para os utilizadores da Contraente Pública, conforme lista no **Anexo I**;

I.4 – Entregar, no final de cada mês, relatório com o número de licenças disponibilizadas, por tipo, para cada um dos sistemas: “AQUAMAN” e “AQUAWorks”;

I.5 – Disponibilização de manuais de utilizador;

I.6 – Evidenciar que é titular de todos os direitos de propriedade intelectual e industrial relativos ao objeto do presente contrato, designadamente:

- O adjudicatário deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato a celebrar;
- O adjudicatário obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.

I.7 – Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;

- I.8 – Disponibilizar o número suficiente de meios humanos com qualificação técnica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os prestadores de serviços e os representantes da Contraente Pública;
 - I.9 – Respeitar as prescrições legais sobre salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
 - I.10 – Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Contraente Pública;
 - I.11 – Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
 - I.12 – Prestar as informações que forem solicitadas pela Contraente Pública.
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Prazo da prestação do serviço

O Cocontratante obriga-se a prestar os serviços solicitados pela Contraente Pública, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Cláusula 6.^a

Conformidade e garantia técnica

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Contraente Pública em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Cocontratante e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 7.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Contraente Pública, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Contraente Pública lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

Tratamento de dados pessoais

1. O Cocontratante obriga-se a cumprir o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, assim como outras leis europeias e nacionais que lhes sejam aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, na execução das respetivas atividades.
2. Para efeitos da execução do contrato e do cumprimento de eventuais obrigações jurídicas dele decorrentes, quando tal envolva o tratamento de dados pessoais, o Cocontratante será considerado Subcontratante da Contraente Pública.
3. A relação entre as Partes referente à subcontratação do tratamento dos dados pessoais, referida no n.º 2 da presente cláusula, será regulada pelo Acordo de Tratamento de Dados Pessoais a celebrar entre as Partes, após a outorga do contrato, nos termos do artigo 28.º do RGPD, que o Cocontratante se obriga a assinar, sendo considerado, para todos os efeitos, anexo ao contrato celebrado e parte integrante do mesmo, de acordo com o Anexo II.
4. Sem prejuízo do disposto nos números antecedentes desta cláusula, a celebração e gestão

do contrato, envolve o tratamento de dados pessoais respeitantes aos legais representantes e colaboradores das Partes ou dos seus agentes e subcontratados, por cada uma das Partes, bem como, poderá haver por cada uma das Partes, o tratamento dos dados pessoais para prossecução de finalidades próprias e individuais. Nestes casos, cada Parte atua como Responsável pelo Tratamento com base nas suas obrigações legais e interesses legítimos, na medida do que se mostrar estritamente necessário para os contactos e comunicações que sejam encetados e efetuados por cada uma das Partes durante a vigência do contrato ou para cumprimento de obrigações que sobre si impendam.

5. Nas atividades de tratamento de dados pessoais em que se assumam como Responsáveis pelo Tratamento, as Partes comprometem-se a:
 - a) Tratar os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário com vista ao cumprimento da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo dos prazos legais aplicáveis;
 - b) Adotar as medidas técnicas, organizativas e de segurança para garantir o tratamento dos dados pessoais, de acordo com os requisitos previstos na legislação de proteção de dados, bem como, para evitar a ocorrência de violações de dados pessoais;
 - c) Prestar o devido direito de informação nos termos do artigo 13.º e 14.º do RGPD;
 - d) Garantir que o titular dos dados poderá, a qualquer momento e conforme aplicável, exercer os seus direitos de acesso, retificação, limitação e apagamento dos seus dados pessoais, o direito a retirar o seu consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado, o direito de oposição, bem como o direito à portabilidade dos dados.
6. Em caso de violação de dados pessoais, a notificar sem demora injustificada, e sempre que possível, até 72 (setenta e duas) horas, à Autoridade de Controlo, a ocorrência da mesma quando se verifique que existe risco para os direitos e liberdades do titular dos dados e a comunicar também ao próprio titular dos dados, sem demora injustificada, quando se conclua que este risco é elevado.
7. As Partes poderão comunicar os dados pessoais dos titulares dos dados, com a finalidade do cumprimento de obrigações legais nomeadamente a entidades policiais, judiciais, fiscais e reguladoras.

8. As Partes poderão ainda, no âmbito dos tratamentos de dados que efetuem sob sua responsabilidade transmitir os dados pessoais dos titulares dos dados a entidades terceiras que em seu nome e por sua conta, estão obrigadas, por escrito, a executar medidas técnicas e de segurança adequadas que, em cada momento, satisfaçam os requisitos previstos na legislação em vigor e assegurem a defesa dos direitos do titular dos dados (nomeadamente, a proteção dos dados pessoais).

Cláusula 9.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Contraente Pública.
2. Dependendo da opção da Contraente Pública, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 10.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Contraente Pública, exceto se for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Contraente Pública antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 11.^a

Dever de cooperação

O Cocontratante deve cooperar com a Contraente Pública ou com qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Contraente Pública;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo AdP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Cláusula 12.^a

Regime dos trabalhadores afetos ao contrato

- 1. Os trabalhadores afetos ao contrato de aquisição de serviços prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo, conforme decorre do artigo 419.º-A do CCP, aplicável por força do artigo 451.º, n.º 2, ambos do CCP.
- 2. O disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
- 3. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução contratual.
- 4. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental que ateste o cumprimento da obrigação prevista no n.º 1, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.
- 5. A contratação de trabalhadores em violação do disposto no artigo 419.º-A do CCP constitui contraordenação muito grave como decorre da alínea f) do artigo 456.º do CCP.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 13.^a

Preço base e preço contratual

1. O preço contratual não pode ser superior a 101.500,00€ (cento e um mil e quinhentos euros).
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Contraente Pública deve pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Contraente Pública, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Contraente Pública, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a confirmação da boa execução dos serviços prestados, no mês a que dizem respeito, com evidência do relatório detalhado das tarefas executadas, na faturação relativa ao consumo das bolsas de horas contratadas.
3. Em caso de discordância por parte da Contraente Pública quanto aos valores indicados nas faturas, esta deve comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Contraente Pública não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Contraente Pública proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.

6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 15.^a

Faturação eletrónica

1. As faturas a apresentar pelo Cocontratante devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados.
2. A faturas eletrónicas a emitir pelo Cocontratante deverão ser enviadas exclusivamente para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública.
3. Caso o Cocontratante não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5;
4. A fatura deve conter, entre outras indicações, a referência do procedimento, o número da nota de encomenda e o correspondente item.
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pela Contraente Pública não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 16.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Contraente Pública, a identificar no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, encontra-se habilitado a determinar ao Cocontratante que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Contraente pública.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A Contraente Pública deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento, pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Contraente Pública pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser

indicado pela Contraente Pública, pela ordem sequencial daquele procedimento.

5. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Contraente Pública, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Contraente Pública pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Contraente Pública pode, designadamente, exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do objeto do contrato, até 10%;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5 % do preço contratual.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 10% do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e a Contraente Pública decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. A Contraente Pública pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao Cocontratante.
6. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 19.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato;
- e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a

Contraente Pública a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização

Cláusula 20.ª

Resolução do contrato por parte da Contraente Pública

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Contraente Pública pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. A Contraente Pública pode resolver o contrato designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior a 60 (sessenta) dias ou declaração escrita do Cocontratante de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Contraente Pública.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
5. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 18.ª relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
6. O disposto no n.º 4 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a Contraente Pública exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 21.ª

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 22.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura de riscos através de contrato de seguro de responsabilidade civil, em vigor de valor igual ou superior a 300 000,00 € (trezentos mil euros).

2. A Contraente Pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 24.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre a

Contraente Pública e o Cocontratante relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos a identificar no contrato.

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 25.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 26.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 27.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

Mapa de quantidades

I. Licenças AQUAMAN

Descrição	Nº de licenças	Tipo	AppPoint Total	Preço un.	Total Anual	Total (24 meses)
AQUAMAN8 per AppPoint Annual SW Subscription & Support Renewal	2	Base Authorized	6	- €		
AQUAMAN8 per AppPoint Annual SW Subscription & Support Renewal	12	Limited Authorized	24	- €		

Bolsa Horas	Nº horas	Preço un./h	Total	
Horas (técnico especializado)	200	- €	- €	

2. Licenças AQUAWorks

Ref	Descrição	Nº de licenças	Preço un.	Total Anual	Total (24 meses)
MAQWS050	AQUAWorks Server Tier 2 [50]	1	- €	- €	- €
MAQWGIS0	AQUAWorks GIS Integration	1	- €	- €	- €
MAQWERP0	AQUAWorks ERP Integration	1	- €	- €	- €
MAQWCRM0	AQUAWorks CRM Integration	1	- €	- €	- €
MAQWREP0	AQUAWorks Reports	1	- €	- €	- €
MAQWMOB0	AQUAWorks Mobile	30	- €	- €	- €
TOTAL				- €	- €

Bolsa Horas	Nº horas	Preço un./h	Total	
Horas (técnico especializado)	200	- €	- €	

ANEXO II

MINUTA DE ACORDO DE SUBCONTRATAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

I. DEFINIÇÕES:

Para efeitos do presente Acordo de Subcontratação do Tratamento de Dados Pessoais (“Acordo de Subcontratação”), as expressões e termos conexos, devem ser interpretados em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril 2016 (“RGPD”) e a Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, e demais legislação nacional e/ou europeia aplicável.

2. OBJETO E DURAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS:

- 2.1. O presente Acordo de Subcontratação tem como objetivo regular a relação entre a **Cocontratante** e a **Contraente Pública**, relativamente ao tratamento de dados pessoais a ser realizado pela **Cocontratante** enquanto subcontratante em nome e por conta da **Contraente Pública** a qual se assume como responsável pelo tratamento e aplica-se a [inserir objeto das atividades de tratamento de dados pessoais que são prosseguidas pela entidade subcontratante em nome e por conta da responsável pelo tratamento].
- 2.2. Para efeitos do número anterior, encontram-se abrangidos pelo presente Acordo de Subcontratação as atividades de tratamento [inserir as atividades de tratamento de dados pessoais que são prosseguidas pela entidade subcontratante em nome e por conta da responsável pelo tratamento].
- 2.3. O tratamento de dados pessoais conforme descrito e regulado no presente Acordo de Subcontratação durará enquanto a **Cocontratante** se encontrar a prestar serviços à **Contraente Pública** no âmbito do descrito no presente Acordo de Subcontratação.
- 2.4. Quando terminar a prestação dos serviços efetuada pela **Cocontratante** à **Contraente Pública**, dependendo da escolha destas últimas, aquela irá proceder à devolução ou eliminação dos dados pessoais, apagando as cópias existentes, a menos que a retenção de dados seja exigível (i) devido a uma obrigação decorrente da Lei aplicável, (ii) se mantenha uma relação contratual com uma entidade terceira que assim o justifique, ou (iii) exista o consentimento do Titular dos Dados relativamente à sua manutenção para prosseguir finalidades para além do âmbito do presente Acordo.

3. CATEGORIAS DE TITULARES DOS DADOS:

As categorias dos titulares dos dados envolvidos nas presentes atividades de tratamento de dados, são:

- [inserir as categorias dos titulares dos dados envolvidos nas atividades de tratamento em causa no âmbito do presente Acordo].

4. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS:

No âmbito das atividades de tratamento de dados realizadas pela **Cocontratante** em nome e por conta da **Contraente Pública**, serão tratadas as seguintes categorias de dados pessoais:

- [inserir as categorias dos dados envolvidos nas atividades de tratamento em causa no âmbito do presente Acordo].

5. FINALIDADES DO TRATAMENTO:

- 5.1. As finalidades do tratamento dos dados pessoais são [inserir finalidades de tratamento de dados em causa no âmbito do presente Acordo].
- 5.2. Qualquer tratamento de dados realizado pela **Cocontratante** com vista à prossecução de finalidades que não se encontrem previstas no âmbito deste Acordo de Subcontratação, e que o faça em nome e por iniciativa própria, é da sua exclusiva responsabilidade, tornando-se este o responsável pelo tratamento dos dados.

6. MEDIDAS TÉCNICAS E ORGANIZATIVAS:

- 6.1. A **Cocontratante** compromete-se a adotar medidas técnicas e organizativas tidas como necessárias e apropriadas para que o tratamento de dados pessoais se encontre em conformidade com os requisitos previstos no RGPD, assegurando a proteção dos direitos dos Titulares dos Dados.
- 6.2. Para além de outras, as medidas técnicas e organizativas adotadas pela **Cocontratante** encontram-se previstas no Apêndice A ("Medidas Técnicas e Organizativas"). Na medida em que esta entenda alterar as medidas técnicas e organizativas, essas medidas apenas podem ser implementadas mediante acordo mútuo.
- 6.3. Tendo por base as medidas técnicas e organizativas (detalhadas no Apêndice A), a **Cocontratante** deverá implementar medidas de segurança em conformidade com a

alínea c) do n.º 3 do artigo 28.º e Artigo 32.º do RGPD em conjugação com o n.º 2 e n.º I do artigo 5.º do RGPD.

- 6.4. As medidas técnicas e organizativas a adotar estão relacionadas com medidas de segurança e proteção dos dados, por forma a assegurar uma adequada proteção relativamente aos riscos referentes à confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, bem como a resiliência dos sistemas. Deverão ser tidos em conta, na aceção do artigo 32.º do RGPD, as técnicas mais recentes, custos de implementação, natureza, âmbito, contexto e finalidades do tratamento, bem como a probabilidade e severidade dos direitos e liberdades dos titulares dos dados.
- 6.5. As medidas técnicas e organizativas deverão ser objeto de melhoria técnica contínua e a **Cocontratante** poderá implementar medidas alternativas por forma a cumprir este fim. No caso de implementação de medidas alternativas, o nível de segurança das medidas definidas não deverá ser reduzido.
- 6.6. A existência de mudanças substanciais das medidas, deverá ser acordado entre as **PARTES** e documentadas no Apêndice A.

7. EXERCÍCIO DE DIREITOS PELO TITULAR DOS DADOS:

- 7.1. Os titulares dos dados encontram-se informados dos mecanismos através dos quais poderão exercer os seus direitos (direito de acesso, oposição, portabilidade, limitação, apagamento e retificação).
- 7.2. Caso a **Cocontratante** receba diretamente um pedido de exercício de direitos, deverá remeter para o endereço do Encarregado de Proteção de Dados da entidade visada nesse pedido de exercício de direitos, sem demora injustificada e num prazo máximo de 24 horas, o pedido recebido.
- 7.3. A **Cocontratante** deverá executar, sem demora injustificada e num prazo máximo de 10 dias seguidos, a pedido da **Contratante Pública**, o direito solicitado pelo titular dos dados, informando também, sem demora injustificada, a **Contratante Pública**, do momento em que o exercício do direito do titular de dados foi cumprido.

8. GARANTIA DE QUALIDADE E OUTROS DEVERES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS:

- 8.1. Adicionalmente ao cumprimento das regras estabelecidas neste Acordo, a **Cocontratante** deverá cumprir os requisitos legais estabelecidos nos artigos 28.º a

33.º do RGPD. Assim, é da responsabilidade da **Cocontratante** o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) De acordo com os artigos 28.º, n.º 3, alínea b), 29.º e 32.º, n.º 4, do RGPD, apenas atribuirá o tratamento de dados pessoais definidos neste Acordo a colaboradores obrigados contratualmente a manter a confidencialidade e que tenham conhecimento prévio das disposições de proteção de dados relevantes para o seu trabalho;
- b) Garantirá que qualquer pessoa agindo sob sua autoridade apenas poderá tratar dados pessoais sob instruções da **Contraente Pública**, incluindo os poderes concedidos neste Acordo, exceto quando existam obrigações legais que requeiram outros tratamentos de dados pessoais ou quando a **Contraente Pública** informe de que deverá receber instruções de outra entidade;
- c) Informará de imediato a **Contraente Pública** se, na sua perspetiva, alguma de suas instruções infringe a legislação aplicável de proteção de dados ou qualquer outra norma jurídica;
- d) Implementará e dará cumprimento às medidas técnicas e organizativas adequadas, ao abrigo do presente Acordo, de acordo com os artigos 28.º, n.º 3, alínea c), e 32.º do RGPD;
- e) Colaborará, mediante solicitação da **Contraente Pública**, na redação de respostas à autoridade de controlo e na elaboração de avaliações de impacto sobre a proteção de dados;
- f) Informará de imediato a **Contraente Pública** de quaisquer inspeções ou investigações e medidas realizadas pela autoridade de controlo ou por outra autoridade pública ou judicial, que estejam relacionadas com o presente Acordo;
- g) Prestará todo o apoio à **Contraente Pública**, no caso de estas (em conjunto ou individualmente) serem sujeitas a uma fiscalização ou inspeção por parte de uma Autoridade de Controlo, a processos de infração de natureza administrativa ou sumária, a processos civis ou criminais, a um pedido de responsabilidade por danos de um titular ou terceiro, ou a qualquer outro pedido relativo ao Contrato ou ao presente Acordo.
- h) Monitorizará periodicamente os processos internos e as medidas técnicas e organizativas para garantir que o tratamento de dados pessoais por si realizado cumpra os requisitos da legislação de proteção de dados aplicável e os direitos dos titulares dos dados;

- i) Disponibilizará à **Contraente Pública** todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações ao abrigo deste Acordo e facilita e contribui para a realização de auditorias, incluindo inspeções, pela **Contraente Pública** ou por outro auditor por esta mandatado.

9. CONTRATAÇÃO DE SUBCONTRATANTES:

- 9.1. A **Cocontratante** encontra-se desde já autorizada a contratar os Subcontratantes Ulteriores, melhor identificados no Apêndice B, para a prossecução de atividades de tratamento ao abrigo do presente Acordo de Subcontratação, devendo, para o efeito, celebrar Acordos de Subcontratação do Tratamento de Dados Pessoais, de teor semelhante ao presente..
- 9.2. Os Subcontratantes Ulteriores da **Cocontratante**, posteriores à data da celebração do presente Acordo, ficam sujeitos à necessidade de obtenção de autorização prévia da **Contraente Pública**, e de atualização do Apêndice B.
- 9.3. A **Cocontratante** garante que todas as transferências internacionais de dados efetuadas para Subcontratantes Ulteriores contratados estarão sujeitas às garantias adequadas previstas nos artigos 45.º e seguintes do RGPD, nomeadamente através da aplicação das Cláusulas Contratuais-Tipo aprovadas pela Comissão Europeia.
- 9.4. Todas as disposições contratuais da cadeia contratual, incluindo a duração dos serviços contratados, devem ser comunicadas e acordadas com cada subcontratante ulterior e as suas obrigações devem ser limitadas de acordo com os serviços prestados à **Cocontratante**.

10. COMUNICAÇÕES

- 10.1. A **Cocontratante** prestará assistência à **Contraente Pública** no cumprimento das obrigações relativas à segurança de dados pessoais, requisitos de comunicação de violação de dados, avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consulta prévia referidas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, que incluem:
 - a) Garantir a implementação de um nível adequado de proteção de dados através de medidas técnicas e organizativas que considerem as circunstâncias e finalidades do tratamento, bem como a probabilidade e gravidade esperadas de uma possível violação da lei devido a vulnerabilidades de segurança e que permita a deteção imediata de eventos de violação de dados;

- b) Comunicar à **Contraente Pública** uma violação de dados pessoais sem demora injustificada e nunca superior a 24 (vinte e quatro) horas a partir do conhecimento da referida violação;
- c) Auxiliar a **Contraente Pública** com a sua obrigação de fornecer informações aos titulares dos dados pessoais em questão e fornecer-lhes prontamente todas as informações relevantes a esse respeito;
- d) Prestar apoio à **Contraente Pública** na realização das avaliações de impacto sobre a proteção de dados necessárias;
- e) Prestar apoio à **Contraente Pública** relativamente à consulta prévia com a autoridade de controlo.

11. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS SEGUNDAS OUTORGANTES

- 11.1. A **Contraente Pública** deverá dar instruções por escrito à **Cocontratante**.
- 11.2. Consideram-se instruções dadas à **Cocontratante**, as obrigações contratuais que impendem sobre esta por via da relação contratual existente, do qual o presente Acordo de Subcontratação é um documento complementar.

12. ELIMINAÇÃO OU DEVOLUÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

- 12.1. Após a cessação do Acordo, ou após uma solicitação por escrito feita pela **Contraente Pública**, a **Cocontratante** deverá entregar à **Contraente Pública** ou, se previamente acordado, destruir, todos os dados pessoais, bem como outros dados relacionados com este Acordo que estejam na sua posse, de uma forma compatível com a proteção de dados. Caso seja solicitado pela **Contraente Pública**, a **Cocontratante** apresentará um documento comprovativo da destruição/ eliminação dos dados pessoais.
- 12.2. A documentação utilizada para demonstrar o tratamento sistemático de dados pessoais deve ser conservada pela **Cocontratante** após o termo da relação existente entre as **PARTES** do qual o presente Acordo é anexo e faz parte integrante em conformidade com os respetivos períodos de armazenamento e pode ser entregue à **Contraente Pública** no respetivo termo, desobrigando a **Cocontratante** do seu cumprimento.

13. RESPONSABILIDADE

- 13.1. Em caso de incumprimento de qualquer uma das obrigações da **Cocontratante** previstas neste Acordo, a **Contraente Pública** poderá fazer cessar os efeitos do presente Acordo a qualquer momento, mediante aviso prévio com a antecedência de 15

dias úteis, através de comunicação escrita dirigida à **Cocontratante**, sendo esta última obrigada a compensar a **Contraente Pública** por todos os danos causados.